

PORTUGAL, UM PAÍS DESIGUAL PARA OS PORTUGUESES QUE AS “GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2010-2013” NÃO VÃO MUDAR**RESUMO DESTES ESTUDO**

O INE divulgou no fim de 2009 um “Estudo sobre o poder de compra concelhio” referente ao ano de 2007. Como as desigualdades em Portugal têm-se agravado nos últimos anos, a situação actual não é certamente melhor. Este estudo do INE quantifica o poder de compra médio por habitante de cada concelho em relação ao poder de compra médio “per capita” nacional, revelando profundas desigualdades entre os portugueses vivendo em diferentes regiões do País.

Assim de acordo com os dados do INE, o poder de compra médio de uma habitante da Região Norte é apenas 86,24% do poder de compra médio “per capita” nacional (100%); o da Região Centro é 83,76%; o da Região de Lisboa é já 136,85%, ou seja, é superior ao poder de compra “per capita” médio nacional em 36,85%; o da Região do Alentejo corresponde apenas a 87,33% do nacional; o da Região do Algarve é de 103,65%, ou seja, é superior ao poder de compra médio “per capita” nacional em 3,65%; o poder de compra médio de uma habitante da Região dos Açores é apenas 83,62% do poder de compra médio “per capita” nacional; e da Região da Madeira corresponde a 95,46% do poder de compra médio “per capita” nacional.

Se fizermos uma análise mais fina, ou seja, por sub-regiões as desigualdades de poder compra são maiores e mais evidentes. Assim, o poder de compra médio de um habitante da sub-região do Tâmega é apenas 61,34% do poder de compra médio per capita nacional, enquanto o poder de compra médio da sub-região da Grande Lisboa é 147,87%, ou seja, 2,4 vezes superior ao poder de compra médio “per capita” de um habitante da sub-região do Tâmega.

Se a análise for feita por concelho, que é o nível de análise mais desagregado que os dados do INE permitem fazer, a desigualdade de poder de compra é ainda maior. Segundo o INE, o poder de compra médio “per capita” do concelho de Lisboa é de 235,74%, ou seja, 135,74% superior ao poder de compra médio “per capita” nacional, enquanto o de um habitante do concelho de Santana da Região da Madeira corresponde apenas a 49,55% do poder de compra médio “per capita” nacional; por outras palavras, o poder de compra médio de um habitante do concelho de Lisboa é 4,7 vezes superior a um madeirense do concelho de Santana (Quadro I).

Sócrates num discurso que fez em 10.1.2010 no Pinhal Interior afirmou que “aposta no investimento contra a humilhação e a marginalização do interior”. Mas comparemos estas palavras do 1º ministro com a forma como o seu governo tem distribuído por distrito as verbas do PIDDAC, que é o plano de investimentos mais importante da Administração Pública.

No período 2005-2009, as verbas totais do PIDDAC, que tem como objectivo combater as assimetrias regionais, sofreu uma forte redução de -39,6% em valores nominais, porque em valores reais, ou seja, entrando com os efeitos da inflação a diminuição foi ainda maior. Entre 2005 e 2009, de acordo com os dados dos Relatórios dos Orçamentos do Estado, as verbas totais do PIDDAC passaram de 6.724 milhões de euros para apenas 4.061 milhões de euros.

Se a análise for feita por distritos constata-se que os distritos mais afectados por cortes nas verbas para investimentos públicos foram precisamente alguns dos menos desenvolvidos. Entre 2005 e 2009, as verbas para investimento público constantes do PIDDAC diminuíram em – 56,2% para o distrito de Aveiro; em -46,9% para o distrito de Beja; em -45,2% para o distrito de Braga; em -68,1% para o distrito de Castelo Branco; em -61,3% para o distrito de Évora; em -46,3% para o distrito da Guarda; em -62,9% para o distrito de Leiria; em -73,2% para o distrito de Santarém; em -43,8% para o distrito de Viseu; e em -77,2% para a RA da Madeira; portanto, reduções todas elas superiores à diminuição do valor total do PIDDAC no mesmo período (2005/2009) que foi de -39,6% (Quadro II):

O governo acabou de apresentar o projecto de “Grandes Opções do Plano 2010-2013”. A sua análise mostra que as desigualdades no País não se vão alterar nos próximos anos. Embora uma das grandes linhas de acção seja “promover o investimento de iniciativa pública” (pág.1), no entanto esses investimentos são fundamentalmente (pág. 5) “grandes investimentos públicos de transportes e comunicação – Alta Velocidade (Lisboa-Madrid, Lisboa-Porto, Porto-Vigo; Aveiro Salamanca, e Aveiro-Faro-Huelva), Novo Aeroporto de Lisboa, Portos e Plataformas Logísticas, Estradas (mais auto-estradas) e Banda Larga”, a que se juntam barragens e “intervenções em 17 hospitais em regime de parceria público-privada” (pág.2). Tudo isto, a concretizar-se, esgotará a capacidade financeira do Estado para apoiar eficazmente as regiões menos desenvolvidas do País, cuja situação (do Estado) é agravada pelo descalabro actual das receitas fiscais, fruto também do aumento da evasão e fraude fiscal, que parece ninguém dar importância.

Uma das características da sociedade portuguesa é precisamente a profunda desigualdade que se tem agravado nos últimos anos que, com a crise actual e com o aumento do desemprego, têm tendência a piorar nos próximos anos se as graves assimetrias regionais não forem efectivamente

combatidas, o que não se consegue fazendo só mais auto-estradas e TGV's. Para além de ser um problema social grave, elas constituem um obstáculo importante ao crescimento económico e ao desenvolvimento, porque estão associadas ao baixo poder de compra da maioria da população.

O INE divulgou no último trimestre de 2009 um "Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio - 2007" que confirma a profunda desigualdade que continua a existir entre portugueses a viverem nos diferentes concelhos do País. O quadro seguinte, construído com base nesses dados do INE, mostra o poder de compra médio de um habitante de cada uma das regiões em percentagem do poder de compra médio "per capita" nacional, o qual tem o valor de 100 nestes dados do INE..

QUADRO I – Poder de compra médio de um habitante de cada região do País em percentagem do poder de compra médio "per capita" nacional – 2007

REGIÃO	Poder de compra médio por habitante por região em % do poder de compra médio "per capita" nacional	REGIÃO	Poder de compra médio por habitante por região em % do poder de compra médio "per capita" nacional
PORTUGAL	100,00	REGIÃO LISBOA	136,85
CONTINENTE	100,51	<i>Grande Lisboa</i>	147,87
REGIÃO NORTE	86,24	<u>Concelho Lisboa</u>	<u>235,74</u>
Minho -Lima	71,21	Península de Setúbal	108,33
Cávado	82,29	REGIÃO ALENTEJO	87,33
Ave	75,46	Alentejo Litoral	90,53
Grande Porto	113,59	Alto Alentejo	82,73
Tâmega	61,34	Alentejo Central	89,74
Entre Douro e Vouga	79,81	Baixo Alentejo	79,71
Douro	67,93	Lezíria do Tejo	90,52
Alto Trás-os-Montes	66,33	REGIÃO ALGARVE	103,65
REGIÃO CENTRO	83,76	RA AÇORES	83,62
Baixo Vouga	86,81	Santa Maria	85,08
Baixo Mondego	102,28	São Miguel	87,00
Pinhal Litoral	90,32	Terceira	85,42
Pinhal Interior Norte	62,27	Graciosa	62,21
Dão-Lafões	71,21	São Jorge	64,79
Pinhal Interior Sul	59,14	Pico	67,89
Serra da Estrela	61,95	Faial	85,95
Beira Interior Norte	70,88	Flores	66,32
Beira Interior Sul	85,88	Corvo	63,90
Cova da Beira	77,41	RA MADEIRA	95,46
Oeste	88,10	Funchal	135,44
Médio Tejo	83,01	<u>Concelho Santana</u>	<u>49,55</u>

FONTE : Estudo sobre o poder de compra concelhio 2007 – INE – Edição de 2009

Os dados do INE mostram uma profunda desigualdade do poder de compra médio dos habitantes das diversas regiões do nosso País em 2007, que não deve ter melhorado desde esse ano; muito pelo contrário. Assim, segundo esses dados do INE, o poder de compra médio de um habitante da Região Norte é apenas 86,2% do poder de compra médio "per capita" nacional (100%); o da Região Centro corresponde a 83,76% do nacional ; o da Região de Lisboa é 136,85%, ou seja, superior ao poder de compra "per capita" médio nacional em 36,85%; o da Região do Alentejo corresponde apenas a 87,33% do nacional; o da Região do Algarve é de 103,65%, ou seja, é superior ao poder de compra "per capita" médio nacional em 3,65%; o poder de compra médio de uma habitante da Região dos Açores é apenas 83,62% do poder de compra médio "per capita" nacional; o da Região Autónoma da Madeira corresponde a 95,46% do "per capita" nacional.

Se fizermos uma análise mais fina, ou seja, por sub-regiões as desigualdades de poder compra ainda são maiores e mais evidentes. Assim, o poder de compra médio de um habitante da sub-região do Tâmega é apenas 61,34% do poder de compra médio "per capita" nacional, enquanto o poder de compra médio de um habitante da sub-região da Grande Lisboa é 147,87%, ou seja, 2,4 vezes superior ao poder de compra médio de um habitante da sub-região do Tâmega.

Se a análise for ainda mais pormenorizada, ou seja feita por concelho, que é o nível análise mais desagregado que os dados divulgados pelo INE permitem fazer, a desigualdade de poder de compra é ainda maior. Segundo o INE, o poder de compra médio de um habitante do concelho de

Lisboa é de 235,74%, ou seja, 135,74% superior ao poder de compra médio “per capita” nacional, enquanto o de uma habitante do concelho de Santana da Região Autónoma da Madeira corresponde apenas a 49,55% do poder de compra médio “per capita” nacional; por outras palavras, o poder de compra médio de um habitante do concelho de Lisboa é 4,7 vezes superior ao poder de compra médio de um madeirense do concelho de Santana

AS PROFUNDAS ASSIMETRIAS REGIONAIS REFLECTEM TAMBÉM AS POLITICAS SEGUIDAS

Sócrates num discurso que fez em 10.1.2010 no Pinhal Interior afirmou que “aposta no investimento contra a humilhação e a marginalização do interior”. Mas comparemos estas palavras do 1º ministro com a forma como têm evoluído e sido distribuídas por distrito as verbas do PIDDAC, que é o plano de investimentos mais importante da Administração Pública, após ter tomado posse como chefe do governo. O quadro seguinte, construído com dados dos Relatórios dos Orçamentos de Estado, mostra de uma forma clara e objectiva, porque baseada em dados oficiais, a política de investimentos públicos por distritos durante o governo de Sócrates.

QUADRO II – Evolução e repartição das verbas do PIDDAC por distritos – 2005/2009

DISTRITOS	REPARTIÇÃO DO PIDDAC POR DISTRITOS-2005-09					VARIACÃO 2009-05 %
	2005 Mil €	2006 Mil €	2007 Mil €	2008 Mil €	2009 Mil €	
Total PIDDAC	6.724.022	4.853.534	4.978.135	3.616.091	4.061.038	-39,6%
Continente	6.245.172	4.432.081	4.168.015		3.203.648	-48,7%
Aveiro	254.789	219.331	127.449	63.581	111.483	-56,2%
Beja	134.692	91.300	79.524	92.997	71.579	-46,9%
Braga	182.649	110.632	72.390	62.285	100.145	-45,2%
Bragança	94.711	59.149	65.611	45.135	88.611	-6,4%
Castelo Branco	124.805	127.441	62.962	62.132	39.777	-68,1%
Coimbra	231.777	168.737	148.911	140.458	105.214	-54,6%
Évora	151.891	105.688	81.991	71.700	58.801	-61,3%
Faro	262.268	171.857	105.165	95.225	99.991	-61,9%
Guarda	103.284	75.066	68.113	57.891	55.414	-46,3%
Leiria	120.171	91.832	50.028	52.072	44.555	-62,9%
Lisboa	1.169.517	766.311	510.528	480.171	400.217	-65,8%
Portalegre	85.973	55.641	59.697	45.328	27.670	-67,8%
Porto	1.202.379	542.276	323.835	282.527	351.487	-70,8%
Santarém	233.431	150.080	92.927	48.429	62.559	-73,2%
Setúbal	219.963	192.576	131.786	93.866	178.573	-18,8%
V. Castelo	54.771	35.443	44.047	27.989	42.393	-22,6%
Vila Real	106.341	61.380	70.106	51.957	72.928	-31,4%
Viseu	125.731	74.617	60.515	54.653	70.699	-43,8%
RA Madeira	24.006	11.355	18.519		5.472	-77,2%
RA Açores			10.557		36.801	
Vários distritos	1.386.028	1.332.728	2.012.424	984.655	1.223.550	-11,7%
SOMA	6.269.178	4.443.441	4.197.086	2.813.051	3.247.921	-48,2%

FONTE: Relatórios que acompanharam as Propostas de Orçamentos de Estado dos anos do período 2005-2009

No período 2005-2009, as verbas totais do PIDDAC, que é o plano de investimentos mais importante do governo de combate às assimetrias regionais, sofreu uma importante redução de -39,6% em valores nominais, porque em valores reais, ou seja, contando com a inflação a diminuição foi ainda maior. Entre 2005 e 2009, de acordo com os Relatórios dos OE deste período, as verbas totais do PIDDAC passaram de 6.724 milhões de euros para apenas 4.061 milhões de euros. Se a análise for feita por distritos constata-se que os distritos mais afectados pelos cortes nos investimentos públicos foram precisamente alguns dos menos desenvolvidos e com maiores problemas de desertificação. Entre 2005 e 2009, as verbas para investimento público constantes do PIDDAC diminuíram em -56,2% para o distrito de Aveiro; em -46,9% para o distrito de Beja; em -45,2% para o distrito de Braga; em -68,1% para o distrito de Castelo Branco; em -61,3% para o distrito de Évora; em -46,3% para o distrito da Guarda; em -62,9% para o distrito de Leiria; em -73,2% para o distrito de Santarém; em -43,8% para o distrito de Viseu; e em -77,2% para a RA da Madeira; portanto, reduções todas elas superiores à diminuição no total do PIDDAC que neste período (2005/2009) sofreu um corte de -39,6% em valores nominais.

Eugénio Rosa

Economista , edr2@netcabo.pt